

O BRASIL E A POLÍTICA EXTERNA



**MARCO
MACIEL**

1994

O Brasil e a política externa

"A crise política dos regimes é latente e transcende as próprias instituições."

O século XX mostra-se um período extraordinariamente denso de conteúdo e de transformações. É um século de guerras contínuas, com reduzidos intervalos de paz, de ideologias e radicalismos, de confrontos, conflitos e controvérsias, dos quais resultaram milhões de vítimas e populações dizimadas, em nome de princípios e crenças que, no alvorecer do novo milênio, revelam-se cada vez mais inconsistentes e inócuos. O mais dramático e desalentador é a constatação de que esse quadro poderia ter sido evitado em face das conquistas da ciência, dos avanços tecnológicos, do desenvolvimento das comunicações, das vitórias da humanidade sobre as doenças e a fome, e, sobretudo, pela ação da política.

A política, que se define como conduta humana para a superação das necessidades coletivas e para a evolução transformadora das sociedades em busca da felicidade, tornou-se, pelas suas próprias fragilidades, em instrumento de opressão e, em muitos casos, ferramenta de destruição dos mais nobres objetivos humanos.

Este final de século, ao contrário do que faz supor a utópica tese do "fim da História", a partir das idéias de Francis Fukuyama, é uma fase singular e desafiadora para o futuro da humanidade. A velocidade das transformações políticas, representadas pelo movimento que o sociólogo liberal Ralf Dahrendorr chamou de "Revolução Européia", com a surpreendente derrocada do "socialismo real" na União Soviética e na Europa do Leste,

coloca, nos foros mundiais de discussão política, questões vitais para a nossa sobrevivência e para o ajustamento das sociedades de massa em que, aceleradamente, nos transformamos.

A primeira e a mais urgente delas, com o fim dos conflitos ideológicos, da superação do embate Leste x Oeste, é a incógnita que representa um novo confronto Norte x Sul, muito mais intenso, agudo e cruel, porém muito menos visível aos olhos dos países que superaram os limites do conforto, do bem-estar e dos níveis razoáveis de renda para a maioria de suas populações.

Os três grandes blocos econômicos que se delineiam no horizonte da década que estamos vivendo encontram-se todos no Hemisfério Norte, e, juntos, representam atualmente mais de 85 por cento do comércio mundial. As restrições que necessariamente recaem em termos de barreiras econômicas e políticas podem significar, a curto prazo, uma divisão do poder mundial mais dramática do que permitem aferir as estatísticas. Essas nações, apenas para dar um exemplo, congregam um quinto da população mundial, mas dispõem de três quintos dos recursos econômicos. Dentro de 20 anos, esta será, também, segundo os dados da Conferência Mundial de Energia, a relação de poder em matéria de consumo energético.

Ao mesmo tempo, como observou o economista chileno Manuel Agosin, "a recuperação do ritmo de crescimento do comércio internacional tem sido acompanhada de um forte aumento do que se denominou de "novo protecionismo", isto é, o crescimento de barreiras não-alfandegárias, como as cotas de importação, a negociação de restrições "aleatórias", e o uso abusivo de medidas "anti-dumping" e "anti-subsídios".

Os organismos internacionais de fomento econômico e de ajuda financeira ao desenvolvimento, que sabemos refletirem as posições dominantes do chamado "Grupo dos Sete", reclamam constantemente programas

de ajustes e de reformas institucionais direcionadas, todas, diretamente, para os postulados de uma economia de mercado e com um mínimo de interferência do Estado nas atividades econômicas, tendentes a garantir a liberdade de comércio e de livre circulação de capitais, serviços e pessoas. Os sacrifícios que, em nome dessa doutrina – impropriamente chamada de liberal ou de neoliberal –, têm sido impostos aos nossos países não encontraram, até hoje, contrapartida equivalente nas atitudes das nações do chamado "Primeiro Mundo". Os países que mais têm recorrido a esse tipo de barreira são, exatamente, os Estados Unidos e os que compõem a Comunidade Européia.

Tão importante quanto esta realidade é o que aduz Agosin em seguida: "Como já se observou, embora tenha havido importantes confrontos entre os países industrializados, em geral as medidas de contenção das importações recaem mais sobre os países em desenvolvimento do que sobre os desenvolvidos, porque se concentram em produtos que são de importância para os primeiros. Estes são setores em que ainda pesa fortemente a mão-de-obra e que estão em declínio nos países industrializados. Portanto, é duvidoso que tais países venham a eliminar a proteção que as medidas não tarifárias oferecem aos seus produtos nacionais".

Tudo isso deve fazer com que os povos do chamado "Terceiro Mundo", tal como os dos países hiperdesenvolvidos, reflitam sobre esse dramático quadro. Mesmo porque temos as referências históricas que nos livram de nova ameaça que marca os horizontes das sociedades desenvolvidas do Hemisfério Norte, cercadas de pobreza e desesperança: a ameaça da invasão pacífica e incontrolável dos famintos e desesperados. O famoso *cordon sanitaire* que se pretendeu estender em torno da União Soviética, depois da Revolução de 1917, foi tão inócuo como prevenção ideológica como o foram, no sentido inverso, a "cortina de ferro", o "muro de Berlim" e a política de blocos e alianças militares depois da Se-

gunda Guerra Mundial. De nada adiantarão medidas de contenção contra a entrada de imigrantes ilegais, tanto na Europa como nos EUA, se os benefícios de uma nova ordem mundial continuarem sendo postergados nas próximas décadas.

As construções da política internacional, por mais poderosos os interesses, serão destituídas de conteúdo enquanto não levarem em consideração as realidades étnicas, culturais, lingüísticas, econômicas e sociais dos povos. Os exemplos que, na esteira da "Revolução Europeia de 1989", se multiplicam são demasiado evidentes para ser ignorados. Aí estão o Oriente Médio, com a questão Palestina; o dilacerante problema da Federação Jugoslava, que preocupa toda a Europa Ocidental, o êxodo albanês, marcado pelo drama da fuga em massa que a Itália não conseguiu conter; e o genocídio tailandês.

Enfim, todos esses movimentos e ameaças, como o renascimento das ideologias de motivação totalitária e nacionalista que se observa no âmbito dos grandes centros urbanos europeus, são demonstrações de que a crise política dos regimes é latente e transcende, em última análise, as próprias instituições, para se situar no seio de sociedades insatisfeitas com o seu presente e preocupadas, permanentemente, com o seu próprio futuro.

Marco Maciel é advogado, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, tem ministrado aulas em diversas escolas de ensino superior do País. Fez curso de extensão sobre instituições americanas em Harvard.

Secretário de Estado de Pernambuco, Deputado Estadual e Líder do Governo na Assembléia Legislativa.

Deputado Federal em dois mandatos. Presidiu a Câmara dos Deputados.

Governador do Estado de Pernambuco.

Senador em dois mandatos. Ministro de Estado da Educação e do Gabinete Civil da Presidência da República.

É Líder do Partido da Frente Liberal no Senado Federal.